



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora



CURSO/PERÍODO

DIREITO - 9º PERÍODO - DATA: 03/04/2017

GABARITO RASCUNHO

| | | | | |
|----|---|---|---|---|
| 01 | A | B | C | D |
| 02 | A | B | C | D |
| 03 | A | B | C | D |
| 04 | A | B | C | D |
| 05 | A | B | C | D |
| 06 | A | B | C | D |
| 07 | A | B | C | D |
| 08 | A | B | C | D |
| 09 | A | B | C | D |
| 10 | A | B | C | D |
| 11 | A | B | C | D |
| 12 | A | B | C | D |
| 13 | A | B | C | D |
| 14 | A | B | C | D |
| 15 | A | B | C | D |
| 16 | A | B | C | D |
| 17 | A | B | C | D |
| 18 | A | B | C | D |
| 19 | A | B | C | D |
| 20 | A | B | C | D |
| 21 | A | B | C | D |
| 22 | A | B | C | D |
| 23 | A | B | C | D |
| 24 | A | B | C | D |
| 25 | A | B | C | D |
| 26 | A | B | C | D |
| 27 | A | B | C | D |
| 28 | A | B | C | D |
| 29 | A | B | C | D |
| 30 | A | B | C | D |
| 31 | A | B | C | D |
| 32 | A | B | C | D |
| 33 | A | B | C | D |
| 34 | A | B | C | D |
| 35 | A | B | C | D |

| |
|--|
| Disciplina: Direito Processual Civil V Professora: Me. Christiano Francisco da Silva Vitagliano |
|--|

Questão 01

Sabe-se que a tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.

Quanto a afirmativa acima é correto afirmar:

- a) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
- b) As tutelas provisórias só podem ser concedidas antecipadamente.
- c) As tutelas provisórias só podem ser concedidas incidentalmente.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 02

Quanto à tutela provisória é incorreto afirmar:

- a) A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.
- b) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas em alguns casos.
- c) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
- d) Abarca a tutela de evidência.

Questão 03

O magistrado no que pertine à tutela provisória deve se lembrar dos seguintes regramentos, salvo quanto qual afirmativa:

- a) A tutela provisória sempre conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.
- b) O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória.
- c) A efetivação da tutela provisória observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença, no que couber.
- d) Na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz motivará seu convencimento de modo claro e preciso.

Questão 04

Quanto à tutela de urgência não se pode afirmar que:

- a) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- b) para a concessão da tutela de urgência, o juiz não pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer.
- c) A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
- d) A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Disciplina: Direito Civil – Da Família
Professora: Juliana Maria Souza Murcia Soler

Questão 05

No tocante a capacidade para o casamento, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os nubentes em idade núbil, com 16 anos completos, podem casar, exigindo-se a autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil.
- b) Havendo a necessidade de suprimento judicial para o casamento, este será celebrado sob o regime da separação obrigatória de bens.
- c) Havendo divergência entre os pais, na concessão da autorização para o casamento, a questão será levada ao juiz, que decidirá de acordo com o caso concreto, sempre buscando a proteção integral do menor e da família.
- d) Em nenhuma hipótese, será permitido o casamento de quem não atingiu a idade núbil, nem mesmo em caso de gravidez.

Questão 06

São hipóteses de impedimento para o casamento, vez que não podem se casar, exceto:

- a) Os ascendentes com os descendentes até o infinito.
- b) O adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante.
- c) O divorciado enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha de bens.
- d) O cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.

Questão 07

Joaquina foi casada com Pedro por dez anos, com quem construiu um vasto patrimônio, desta união adveio a filha Luana, contudo quando a filha estava com 8 anos, Pedro falece, vítima de um trágico acidente automobilístico. Passados dez meses, Joaquina conhece Tião por quem se apaixona de pronto e pretende contrair novo matrimônio. A viúva não fez o inventário dos bens do de cujus, nem a respectiva partilha. Considerando a situação hipotética e o previsto em nossa legislação pátria, assinale a alternativa correta:

- a) Joaquina não poderá se casar com Tião, vez que a ausência do inventário de bens e respectiva partilha, constitui um impedimento para o casamento.
- b) Joaquina poderá se casar com Tião, vez que a ausência do inventário de bens e respectiva partilha, constitui uma causa suspensiva para o casamento, o que acarreta a imposição do regime da separação legal de bens.
- c) Joaquina não poderá contrair novo matrimônio, enquanto Luana não atingir a maioridade civil.
- d) Joaquina e Tião poderão contrair matrimônio, sem qualquer ressalva ou imposição.

Questão 08

Pode se definir o casamento nuncupativo como aquele celebrado:

- a) Quando algum dos contraentes estiver em iminente risco de vida, não obtendo a presença da autoridade à qual incumba presidir o ato, poderá o casamento ser celebrado na presença de seis testemunhas que com os nubentes não tenham parentesco em linha reta ou na colateral até 2º grau.
- b) Por procuração, desde que haja instrumento público com poderes especiais para tanto, e a eficácia do mandato não ultrapassará 90 dias da sua celebração.

- c) Se um dos nubentes estiver acometido por moléstia grave, o presidente do ato celebrará o casamento onde se encontra a pessoa impedida, e sendo urgente ainda que à noite. O ato será celebrado perante duas testemunhas que saibam ler e escrever.
- d) Quando algum dos contraentes estiver em iminente risco de vida, não obtendo a presença da autoridade à qual incumba presidir o ato, poderá o casamento ser celebrado na presença de duas testemunhas que com os nubentes não tenham parentesco em linha reta ou na colateral até 2º grau.

Questão 09

São hipóteses de casamento anulável, exceto:

- a) O casamento contraído por quem não completou a idade mínima para casar.
- b) Casamento contraído por menor em idade núbil, não havendo autorização de seu representante legal.
- c) O casamento contraído mediante infringência a impedimento.
- d) O casamento celebrado havendo erro essencial quanto à pessoa do outro cônjuge.

Questão 10

Considerando o previsto em nossa legislação pátria no tocante ao regime da comunhão parcial de bens, assinale a alternativa incorreta:

- a) no Regime da Comunhão parcial de bens, comunicam-se os bens havidos durante o casamento com exceção dos incomunicáveis, expressamente previstos no Código Civil.
- b) no Regime da Comunhão parcial de bens, são incomunicáveis os bens que cada cônjuge já possui ao casar e aqueles havidos por doação ou sucessão, bem como os sub-rogados no seu lugar.
- c) são comunicáveis os bens adquiridos na constância do casamento a título oneroso, ainda que em nome de somente um dos cônjuges.
- d) são comunicáveis os bens de uso pessoal de cada um dos cônjuges; os livros; e os instrumentos de profissão.

| |
|--|
| Disciplina: Direito Agrário Professor: Ronaldo Carvalho Silva Filho |
|--|

Questão 11

Certo dia o telefone de Arlindo tocou bem cedinho, ao despertá-lo. Ele notou que era interurbano pois a ligação chamava a cobrar. Assim quando completou a ligação ele notou sem demora, a voz de um grande amor que há muito tempo havia ido embora. Ela disse a Arlindo chorando: *“Oh meu grande amor, por Deus me ajude, nos braços de um canalha eu perdi a paz e a minha saúde.”* O coração de Arlindo magoado todo seu passado se fez recordar, mas quando se ama a distancia encurta e a saudade expande, já no primeiro voo para Campo Grande, Arlindo jurou à sua querida ir buscá-la. Após buscá-la ambos foram para uma das várias propriedades rurais de Arlindo, a qual em razão de praga na lavoura de tomate obteve grau de eficiência na exploração (GEE) de 90%, não obstante o grau de utilização da terra (GUT) tenha sido superior a 100%. Ante o exposto pode-se afirmar:

- a) O imóvel de Arlindo é improdutivo por ter GEE inferior a 100%, não obstante o GUT tenha sido superior a 100%.
- b) A propriedade de Arlindo não poderá ser considerada improdutiva, pois o GUT foi superior a 100%.
- c) Como Arlindo possui mais de um imóvel rural, em razão do percentual de GEE, terá seu imóvel desapropriado para fins de reforma agrária.
- d) O imóvel de Arlindo é produtivo pois o GUT foi superior a 80% e o GEE superior a 100%.

Questão 12

Ornelio ficou decepcionado no dia em que disseram a ele que ela foi vista com outro, num fuscão preto pela cidade a rodar, bem vestida igual à dama da noite, cheirando a álcool e fumando sem parar. Ele pediu a Deus para que aquilo fosse mentira, se fosse verdade que esclarecesse, por favor. Dali a pouco ele mesmo viu o fuscão preto e os dois juntos se desmanchando de amor. Em que pese todo infortúnio por conta do fusca, Ornelio é proprietário de um imóvel rural situado no interior do Estado do Amapá, no qual explora com sucesso econômico a pecuária de corte extensiva. A propriedade possui reserva legal e áreas de preservação permanente. Possui 20 (vinte) funcionários regulares, que todavia, são submetidos a uma intensa e contínua exposição ao sol, o que tem provocado sérios problemas de saúde. Neste cenário de acordo com a Constituição Federal a propriedade de Ornelio:

- Cumpra com sua função social em razão da produtividade e respeito ao meio ambiente.
- Cumpra com sua função social na medida que gera empregos e movimentação a economia.
- Não cumpra com sua função social diante da existência de condição que não favorece o bem estar dos seus trabalhadores.
- Não cumpra com sua função social diante da ausência de preservação da mata ciliar.

Questão 13

Marciana sempre pensa em deixar Plutão, mas ela sente que não pode. Pois ela se prendeu a vida dele, muito mais do que devia. Quando é noite de regresso Plutão briga por qualquer motivo. Marciana confessa que tem vontade de ir pra bem longe para nunca mais vê-lo, e indaga: *Oh meu amado, por que brigamos? Não posso mais viver assim sempre chorando...* Ocorre que Plutão faleceu deixando herdeiros; Marciana e os dois filhos do casal, bem como um imóvel rural com dimensão equivalente a dois módulos rurais. De acordo com o Estatuto da Terra é correto afirmar:

- Seus herdeiros adquirem por sucessão o imóvel, na proporção de 1/3 cada, devendo ser procedida a divisão do bem que deve ser registrado no cartório de registro de imóveis.
- Os herdeiros herdaram o imóvel, obtendo o domínio, mas não poderão dividir o imóvel em dimensão menor, por serem dois módulos de propriedade rural o mínimo permitido pela legislação.
- Em razão do princípio da indivisibilidade do imóvel os herdeiros devem eleger um deles para ter o bem registrado em seu nome.
- Os herdeiros adquirem por sucessão o domínio do imóvel, mas não poderão dividi-los em outro de dimensão inferior ao módulo de propriedade rural.

Questão 14

Sempre que Batista chega em casa, Amada já o espera no portão, fingindo estar tranquila, mas é possível ouvir o seu coração, seu olhar apreensivo quer adivinhar, onde Batista andou, se ele fala ela não acredita, mas se não fala já se complicou. Batista vive dizendo a ela que seu coração não cabe mais ninguém, mas pelo sorriso dela ela pensa que ele tem um hárem. É aquela velha história de dizer que os homens são todos iguais, nem ela mesmo acredita na sorte que tem, aí já é demais. Amada é feliz, mas sempre finge que não é, pra ela é importante se fazer de vítima. Não bastasse tal situação extenuante, Batista anda preocupado com notícias que dando conta acerca de possível desapropriação de seu imóvel rural para fins de reforma agrária. Acerca do tema analise as proposições a seguir:

- Compete à União e aos Estados promover a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.
- A propriedade produtiva pode ser desapropriada por interesse social, para fins de reforma agrária, desde que não esteja respeitando as normas ambientais.
- Em matéria agrária há o monopólio legislativo da União.
- São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra.

Está correto o que se afirma em:

- I e II, apenas.

- b) II e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.

| |
|---|
| Disciplina: Direito Processual Tributário Professora: Laurinéia Borges Souza Silva |
|---|

Questão 15

Na execução fiscal, o executado poderá oferecer embargos

- a) no prazo de 15 dias, contados da data do oferecimento da garantia da execução.
- b) independentemente de seguro o juízo através da garantia da execução.
- c) no prazo de 15 dias, contados da citação para pagamento do débito.
- d) no prazo de 30 dias, contados do depósito, da juntada da prova da fiança bancária ou do seguro garantia ou da intimação da penhora.

Questão 16

Sobre processo administrativo e judicial tributário assinale a opção INCORRETA:

- a) A medida cautelar fiscal objetiva a indisponibilidade do patrimônio do sujeito passivo da relação jurídica tributária e tem seu cabimento vinculado à preclusão administrativa da decisão definitiva proferida no processo administrativo fiscal instaurado a requerimento do contribuinte.
- b) Compreendem a dívida ativa da fazenda pública os créditos tributários e não tributários.
- c) A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.
- d) A cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública é feita com base na Lei n. 6.830/80.

Questão 17

Autoridade fiscal de determinado município foi denunciada no tribunal de contas do estado (TCE) por ter emitido certidão positiva com efeitos de negativa para uma empresa que detinha débitos de imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) com o município. Na denúncia, constava que a certidão havia sido expedida durante o período em que era analisado, em processo administrativo tributário, o recurso interposto pela empresa contra a decisão em primeira instância, que havia julgado improcedente a impugnação do contribuinte e concluído pela subsistência do auto de infração, dada a existência de débito da empresa.

A esse respeito, dispõe o Código Tributário Nacional (CTN):

Art. 205. A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Parágrafo único. A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de dez dias da data da entrada do requerimento na repartição.

Art. 206. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Considerando essa situação hipotética e os artigos do CTN apresentados, assinale a alternativa correta:

- a) Agiu corretamente a autoridade fiscal ao expedir a referida certidão, visto que o julgamento do recurso administrativo ainda estava pendente.
- b) Não agiu corretamente a autoridade fiscal, vez que o débito deveria ser executado pela fazenda pública.

- c) Não agiu corretamente a autoridade fiscal, vez que a cobrança do débito encontra-se suspensa.
- d) Agiu corretamente a autoridade fiscal ao expedir a referida certidão, vez que havia cobrança executiva com exigibilidade suspensa.

Questão 18

Um contribuinte infrator de dispositivo da legislação tributária, querendo sanear a irregularidade cometida, pretende promover a denúncia espontânea. Como essa infração resultou em sonegação do tributo, esse contribuinte infrator, para evitar a imposição de sanções fiscais sobre ele, decidiu efetuar o pagamento do tributo devido, acrescido dos juros de mora sobre ele incidentes.

Para que essa denúncia esteja revestida de espontaneidade, ela deverá ser feita antes

- a) do julgamento de impugnação apresentada contra o lançamento de ofício da penalidade pecuniária.
- b) do transcurso do prazo prescricional.
- c) do transcurso do prazo decadencial.
- d) de o fisco dar início a qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

Questão 19

Possuindo crédito tributário não pago e já inscrito em dívida ativa, um contribuinte necessita de certidão de regularidade fiscal. Neste caso, mesmo sem pagamento do débito é possível uma certidão positiva, mas com efeitos de negativa nas hipóteses de estar o crédito

- a) em curso cobrança executiva com efetiva penhora; com a exigibilidade suspensa.
- b) não vencido; em curso de cobrança executiva devidamente embargada pelo executado.
- c) sendo questionado em sede de mandado de segurança; não vencido.
- d) sendo questionado em sede de impugnação administrativa; em curso ação judicial para repetição do indébito.

Questão 20

Com a conclusão dos procedimentos fiscais pelo órgão fazendário, em face de pessoa jurídica, constitui-se o crédito tributário, mediante lavratura do respectivo auto de infração. A existência de débitos da pessoa jurídica de que não haja patrimônio conhecido pode ensejar a propositura da medida cautelar fiscal. Esta tem por objetivo o resguardo dos interesses da Fazenda, a fim de evitar que ocorra o desvio de bens da sociedade. Sobre a medida cautelar fiscal, assinale a opção **INCORRETA**.

- a) Poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, quando o devedor sem domicílio certo, intenta ausentar-se ou alienar bens que possui ou deixa de pagar a obrigação no prazo fixado; ou tendo domicílio certo, ausenta-se ou tenta se ausentar, visando a elidir o adimplemento da obrigação.
- b) A decretação da medida cautelar fiscal produzirá de imediato, a indisponibilidade da totalidade dos bens do requerido, independentemente do valor da obrigação.
- c) Poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário que, notificado pela Fazenda Pública para que proceda ao recolhimento do crédito fiscal, põe ou tenta por seus bens em nome de terceiros, hipótese que, aliás independe da prévia constituição do crédito tributário.
- d) A medida cautelar fiscal será requerida ao Juiz competente para a execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.

Disciplina: Direito Processual Penal III
Professor: Ilídia Aparecida Silva

Questão 21

Sobre a *emendatio* e a *mutatio libelli* no Código de Processo Penal é correto afirmar:

- a) A ausência de aditamento, mesmo após a remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, na forma do art. 384, § 1º do CPP, obrigará o Juiz a absolver o acusado, em razão da ausência de correlação.
- b) Quando na instrução advir fato diverso não contido na denúncia, deve o Ministério Público, em alegações finais, requerer a condenação do acusado pelo novo crime.
- c) A alteração na definição jurídica do fato, mesmo sem alteração em sua descrição, exige aditamento da imputação.
- d) Após o oferecimento do aditamento a defesa terá o prazo de 10 (dez) dias para se manifestar, podendo arrolar testemunhas, requerer diligências e proceder a novo interrogatório do réu.

Questão 22

João foi denunciado pela prática de crime de furto simples. Na denúncia, o Ministério Público apenas narrou que houve a subtração do cordão da vítima, indicando hora e local. Na audiência de instrução e julgamento, a vítima narrou que João empurrou-a em direção ao chão dizendo que se gritasse “o bicho ia pegar”, arrancando, em seguida, o seu cordão. Diante da narrativa da violência e da grave ameaça, o juiz fica convencido de que houve crime de roubo e não de furto.

Sobre o caso apresentado, de acordo com o Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

- a) O juiz na sentença poderá condenar João pelo crime de roubo, com base no artigo 383 do CPP, que assim dispõe: “*O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave*”.
- b) Encerrada a instrução probatória, o Ministério Público deverá aditar a denúncia em 5 (cinco) dias. Se o Ministério Público ficar inerte, o juiz deve aplicar o artigo 28 do CPP.
- c) Encerrada a instrução probatória, o Ministério Público deverá aditar a denúncia em 5 (cinco) dias. Se o Ministério Público ficar inerte, o juiz poderá condenar João pelo crime de roubo, tendo em vista que a vítima narrou a agressão em juízo.
- d) O juiz poderá condenar João pelo crime de roubo, independentemente de qualquer providência, em homenagem ao princípio da verdade real.

Questão 23

Assinale a alternativa correta.

No processo comum, o Juiz absolverá sumariamente o réu:

- a) provado não ser ele apenas partícipe do fato
- b) quando verificar a existência de causa excludente de ilicitude, ainda que dependa de dilação probatória prévia
- c) quando verificar a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade, se esta for a única tese defensiva.
- d) quando verificar que o fato narrado possa não vir a constituir crime.

Questão 24

Sentença absolutória imprópria é:

- a) a decisão do juiz que absolve o réu por insuficiência de provas
- b) a absolvição proferida por juiz incompetente
- c) a decisão que concede o perdão judicial
- d) a sentença que impõe ao réu medida de segurança em razão da inimputabilidade por doença mental.

Disciplina: TC-1

Professor: Dra. Maria de Lourdes

Questão 25

O projeto de pesquisa que deve ser entregue na disciplina de Trabalho de Curso I é formatado seguindo as normas para apresentação de trabalhos constantes no Manual para Normalização de Trabalhos Científicos e Acadêmicos da Faculdade FAMA. Quanto aos itens da elaboração de uma pesquisa, analise as afirmações que seguem:

I - Delimitar o tema de pesquisa significa que devemos especificar o assunto a ser pesquisado;

II - Se o problema é estabelecido de forma clara, ele desencadeará a formulação da hipótese, que será comprovada ou não no desenvolvimento da pesquisa.

III - Deve-se justificar a importância da realização da pesquisa.

IV - A hipótese é a solução do problema formulado.

V - O pesquisador pode estabelecer o problema da pesquisa ao longo do processo do trabalho.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Estão corretas as afirmações II, III e V.
- b) Estão corretas as afirmações I, III e IV.
- c) Estão corretas as afirmações I, II e III.
- d) Estão corretas as afirmações I, II e IV.

Questão 26

As pesquisas devem contribuir para a formação de uma consciência crítica ou um espírito científico do pesquisador. Dessa forma, ainda quanto ao projeto de pesquisa, o título é a primeira forma de contato do leitor com um texto, portanto deve ser considerado como um elemento importante da elaboração.

Assinale a resposta INCORRETA no que diz respeito ao título do projeto de pesquisa:

- a) O título deve ser, ao mesmo tempo, claro, conciso e abrangente.
- b) O título é formulado como um desdobramento do objetivo geral.
- c) O título enfatiza o foco do assunto escolhido para a pesquisa.
- d) Pensar em um título, ainda que provisório, permite uma compreensão inicial da finalidade da pesquisa.

Questão 27

Pesquisar, num sentido amplo, é procurar uma informação que não sabemos e que precisamos saber. Esse sentido amplo de pesquisa se opõe ao conceito de pesquisa como investigação científica, que tem por objetivo comprovar uma hipótese levantada, através do uso de processos científicos. Pesquisar cientificamente, portanto, significa descobrir respostas para perguntas ou soluções para os problemas levantados através do emprego de métodos científicos. Assinale a resposta INCORRETA no que diz respeito ao problema do projeto de pesquisa:

- a) Definir um problema é oferecer, previamente, algumas respostas à pesquisa, contribuindo para o esclarecimento do tema pesquisado.
- b) O problema orienta a pesquisa, que tem como objetivo contribuir para o seu esclarecimento.
- c) Deve-se definir o que se está buscando, dizer o que se quer pesquisar: o tema deve ser problematizado.
- d) Define-se problema como uma questão não resolvida e para a qual se vai buscar uma resposta, por meio de uma pesquisa.

Questão 28

O projeto deve apresentar, também, os objetivos geral e específicos da pesquisa, que são declarações claras e explícitas do que se pretende alcançar com o estudo. Neste sentido, o objetivo geral contém uma definição global e abrangente da finalidade da execução da pesquisa. Sobre os objetivos específicos analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- a) Nos objetivos específicos apresenta-se a contribuição que se espera dar com os resultados da pesquisa.
- b) Os objetivos específicos são o primeiro contato com o leitor e expõem resultados parciais de um estudo.
- c) Os objetivos específicos discorrem brevemente sobre a importância da pesquisa a que se propõe.
- d) Os objetivos específicos indicam o que se pretende alcançar detalhadamente, por passos.

A razão pela qual algumas pessoas acham tão difícil serem felizes é porque estão sempre a julgar o passado melhor do que foi, o presente pior do que é e o futuro melhor do que será. *Marcel Pagnol*